



JORNAL DA ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

www.adua.org.br



Entrevista
Escola Sem Partido
fere liberdade de ensino e pluralidade pedagógica Págs. 6/7



RESOLUÇÃO DESVIRTUA TRABALHO ACADÊMICO

Normas: Resolução 013/2017 altera as regras de progressão e promoção na Ufam, supervalorizando as atividades de administração em detrimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Págs. 4/5



Justiça
Atuação intransigente da ADUA garante ganhos jurídicos a sindicalizados

Em quase dois anos, associados obtiveram, via assessoria jurídica da ADUA, mais de dez vitórias relativas a direitos garantidos pela Lei nº 8.112, mas negados pela Ufam. Pág. 3

Cultura
Drag queen Uýra Sodoma encarna a mata e grita a liberdade Pág. 11



Editorial

Universidades brasileiras nunca valorizaram a educação, afirmam especialistas, indicando que é a pesquisa que ocupa papel central. Eram outros tempos. Desmontam-se as estruturas que produziram boa parte da produção científica nacional. E não será desta vez que a Ufam privilegiará o ensino. As novas regras de progressão/promoção deverão privilegiar atividades de administração. Novas regras, aliás, pautadas sem ampla discussão, por ocupantes de cargos administrativos que legislaram em causa própria. Posição contrária adotam os mesmos administradores quando se trata de direitos básicos dos docentes, como férias e progressão, obrigando os associados a buscar o apoio jurídico da ADUA. Os resultados estão nesta edição.

No mundo lá fora também se alteram leis. Neste caso, para beneficiar os artífices do capitalismo predatório, que atentam contra o serviço público, as florestas e o trabalhador. Reestruturação produtiva que afetará o mundo do trabalho, produzindo “atividade laborativa precária, parcial, temporária”. Afetará também os sindicatos, a quem urge superar “estruturas de organização hierarquizadas, marcadamente machistas”. Neste sentido caminha a CSP-Conlutas, transcendendo sindicatos, acolhendo movimentos sociais.

Por falar em estrutura hierarquizada e machista, a psicóloga Iolete Ribeiro afirma que esta não é uma tarefa só dos sindicatos, “toda a sociedade deve se engajar no combate à violência de gênero.” Neste sentido, o Consuni aprovou a proposição de políticas de equidade de gênero, construindo relações de gênero mais igualitárias, com “respeito à pluralidade cultural, de orientação sexual e de identidade de gênero”, buscando incorporar questões familiares, reconhecendo como legítimo para mães e pais ou cuidadores/cuidadoras a presença de filhos pequenos na instituição.

A Ufam tomando partido, construindo um espaço no qual Uýra Sodoma, nossa entrevistada na página de Cultura, será acolhida, ela que define-se como a antítese do judaico-cristão, “a mata encarnada em uma drag queen”. Afinal, novos tempos, novas pautas, contrapondo novas estratégias do capitalismo. As bandeiras estão mais coloridas, mas o vermelho está lá. Escorre do indígena assassinado, da mulher agredida, do LGBT espancado, do negro, vítima do racismo da Polícia Militar (PM).

Diria Marx hoje, que foi para todos estes explorados, perseguidos, vilipendiados, a famigerada conclamação que fez no Manifesto Comunista: “Uni-vos!”

Notas

1 Normativa suspensa

Mal completou um mês desde a sua publicação, no dia 5 de julho, a resolução nº 022/2017 da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) já foi suspensa. A normativa, que trata das novas regras do regime de trabalho docente, da alocação de carga horária e dos procedimentos relativos à aprovação do Plano Individual de Trabalho (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT) dos professores da instituição, foi alvo de muitos questionamentos por parte dos docentes. A decisão de suspender os efeitos da normativa foi tomada no dia 3 de agosto pelo Conselho de Administração (Consad), mesma instância deliberativa que havia aprovado a resolução no dia 22 de junho deste ano.

1 Prazo prorrogado

A pedido da ADUA, os professores da Ufam terão mais tempo para apresentarem à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) os certificados de mestrado e doutorado. A prorrogação do prazo foi uma das solicitações feitas pela seção sindical em audiência com o novo reitor da universidade, Sylvio Puga, no último dia 25 de julho. A extensão do prazo

de 120 dias por mais seis meses (180 dias) foi anunciada pelo presidente do Conselho Universitário (Consuni), no dia 4 de agosto deste ano.

1 Dia Nacional de Lutas

Representantes das seções sindicais que compõem o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), deliberaram pela realização de uma paralisação no dia 14 de setembro. A atividade caracteriza o Dia Nacional de Lutas em defesa dos serviços públicos e contra a Contrarreforma da Previdência, articulado em parceria com demais trabalhadores da educação do serviço público e privado. A paralisação integra o calendário de lutas aprovado na reunião do setor, realizada no dia 18 de agosto. As seções sindicais têm até o dia 6 de setembro para realizarem rodadas de Assembleias Gerais; debater estratégias de combate aos ataques aos trabalhadores e ao serviço público e deliberar sobre a paralisação. Em setembro também estão previstas mobilizações para pressionar parlamentares nos Estados a votar contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, que prevê o desmonte da Previdência.

Charge



JORNAL DA ADUA

O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES - SN.

Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:
Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer/ilustradora:
Jessica Martins

Projeto gráfico:
Angelo Lopes

Fotografias:

Daisy Melo, Reprodução/Facebook e Divulgação/Internet

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

aduass@uol.com.br | imprensa.adua@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas

Impressão:

Gratific. 2000 exemplares.

Fale Conosco

(92) 3088-7009

www.adua.org.br

>>> DEFESA INTRANSIGENTE

ADUA conquista vitórias benéficas aos sindicalizados na Justiça Federal

Annyelle Bezerra

Reforçando o compromisso com os mais de 900 associados, a ADUA chega ao segundo semestre de 2017 com um saldo positivo na Justiça Federal do Amazonas, beneficiando os docentes sindicalizados. De janeiro a outubro do ano passado, a assessoria jurídica da Seção Sindical ingressou com 12 reivindicações de direitos garantidos aos servidores públicos pela Lei nº 8.112/90, mas negados pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Desses processos, três foram ações coletivas e nove individuais.

A garantia do direito à progressão e promoção foi objeto de seis ações ajuizadas, representando a principal demanda dos sindicalizados nos plantões jurídicos, na sede da entidade. A decisão favorável mais recente ocorreu no primeiro semestre deste ano e reconhece tutela de urgência a um professor sindicalizado da ADUA que solicitava o reconhecimento funcional e o pagamento do direito de progressão e promoção a contar da data em que preencheu os requisitos legais para a obtenção dos benefícios. Na decisão, o juiz da 1ª Vara Federal considerou que não é o requerimento administrativo ou o ato administrativo de deferimento que garante a aquisição do direito, mas a implementação conjunta dos requisitos exigidos em lei.

Já na vitória obtida com o deferimento da liminar na ação coletiva, em junho de 2016, foi determinado que a Ufam apreciasse os processos de interstícios acumulados, atribuindo-lhes efeitos a partir da decisão e revisasse os processos administrativos de progressão e promoção, no prazo de 180 dias.

Outro ganho ocorreu em dezembro passado, quando um docente

sindicalizado obteve promoção, após ingressar com ação solicitando a instauração de uma Comissão Especial de Avaliação, o prosseguimento do processo de promoção e a concessão dos efeitos funcionais e financeiros do benefício desde o cumprimento das exigências legais.

Entendimento semelhante obteve outro filiado em processo requerendo o pagamento de diferenças passadas relativas à progressão vertical por titulação. O juiz da 8ª Vara do Juizado Especial Federal do Amazonas julgou procedente o pedido, já reconhecido em processo administrativo, e condenou a Ufam a pagar o valor requerido com a devida correção monetária.

Em 2017, três ações judiciais com o mesmo tema foram instauradas e obtiveram o pedido reconhecido pela Justiça.

Férias

O segundo tema mais demandado pelos associados através da ADUA foi o reconhecimento das férias e do adicional de 1/3 sobre o benefício, que totalizou quatro ações judiciais, em 2016. Três tiveram decisões favoráveis e estão em fase de expedição da requisição de pagamento. Conduzidos pela assessoria jurídica da ADUA, os casos tinham como requerentes docentes que tiveram o benefício negado pela Ufam por estarem afastados para cursar doutorado. No entendimento dos juízes das 8ª e 6ª Varas do Juizado Especial, o afastamento a título de licença para capacitação é computado como de efetivo exercício.

Empenhada em defender os direitos da categoria, a ADUA pleiteou, ainda, junto à Justiça, assim como outras entidades representativas dos trabalhadores, a concessão do percentual de 13,23% a título de revisão geral de remuneração, referente

à diferença entre os 14,23% concedidos como Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, através da Lei nº 10.698/2003.

Esse processo, que tramitou na 3ª Vara Federal do Amazonas, apesar dos critérios que caracterizavam a concessão como uma forma camuflada de revisão geral de remuneração, teve julgamento desfavorável em caráter extensivo após decisão negativa do ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Com a decisão, a ADUA foi condenada a pagar as custas finais do processo no valor de R\$ 5 mil a serem repassadas ao Tesouro Nacional.

Pedidos de inexigibilidade do imposto de renda sobre o auxílio-creche, remoção para tratamento de saúde e reconhecimento de tempo de serviço como professor visitante também estiveram entre as lutas encampadas pela ADUA e que destacam o protagonismo do sindicato frente a latente retirada de direitos trabalhistas.



Novas regras de progressão e promoção supervalorizam gestão



DIVULGAÇÃO/INTERNET

Daisy Melo

Após uma série de problemas com interstícios acumulados, a questão da progressão e promoção na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ganha um novo capítulo com a resolução 013/2017, que redefine as regras para o desenvolvimento na carreira. Ao suprimir atividades; reduzir pontuações para algumas e alterar radicalmente o texto de outras, a substituta da 005/2015 interfere profundamente no trabalho acadêmico e, consequentemente, na contribuição social da universidade. Um exemplo desse impacto é a supervalorização das atividades da área de administração em detrimento ao ensino, pesquisa e extensão, eixo fundamental da universidade brasileira.

Participante de um grupo de trabalho que discutiu a progressão e promoção no último Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), a professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Ufam, Ana Lúcia Gomes, critica o impacto da nova resolução na dinâmica da universidade. “A atividade fim da universidade é o ensino, mas quando você pega a resolução quem está mais embaixo? Quem vai dar aula é que vai sofrer, quem não está nessa área administrativa será muito penalizado. Isso é gritante”, disse. Gomes apontou que a pontuação para o ensino é imensamente inferior à concedida para as atividades administrativas, o que já ocorria na resolução anterior e poderia ter sido corrigido. “Não sabemos também qual foi o cálculo para chegar às pontuações.

Como eles chegaram, por exemplo, a esse 0,022 [por hora aula]. Por exemplo, a parte administrativa: que critério eles usaram para dar uma pontuação tão alta e por mês? Veja: 2,6 pontos por mês para quem é reitor, vice-reitor. E as outras atividades?”, questiona.

O 1º secretário do ANDES-SN e professor da Faculdade de Educação (Faced) da Ufam, Jacob Paiva, ressalta que a carreira docente deve prezar pelo fortalecimento da concepção de universidade pública, democrática, laica, autônoma, de qualidade e socialmente referenciada. “A carreira se articula com as atividades de ensino, pesquisa e extensão e também de gestão universitária, mas não podemos, na construção do processo da promoção e da progressão, priorizar ou supervalorizar um dos itens. Esses vários componentes que constituem o fazer acadêmico devem ter pesos equânimes. Senão a gente vai considerar que a pesquisa é mais importante que o ensino, que a extensão é mais importante que o ensino e a pesquisa”, afirma.

Especificidades

O texto das ‘atividades de administração/representação e participação em bancas examinadoras’ foi um dos mais alterados (ver quadro na página 5) e preocupantes na opinião dos docentes. Entre os argumentos estão os de que a 013 acaba por beneficiar um determinado grupo dos professores; foi elaborada por poucos e aprovada às pressas sem a ampla e devida discussão na universidade.

Além disso, o formato ‘enxuto’ evidencia a falta de consideração das especificidades de cada curso.

Paiva alertou que as alterações em normas na docência universitária não podem ser feitas apressadamente e conforme os interesses de cada administração. “Esse processo não pode ser casuista, é melhor que demore mais tempo e tenha mais diálogo com a comunidade para se tomar uma resolução do que fazer de forma apressada e, às vezes, lamentavelmente, para privilegiar determinado tipo de atividade, à qual estão ligadas as pessoas que estão ali com o poder de tomar essas decisões”, afirmou. Segundo o professor, tal situação pode gerar a supervalorização de determinadas atividades na universidade. “Daqui a pouco as pessoas vão menosprezar a sala de aula, já que ser administrador, pró-reitor, reitor pode render muito mais possibilidades de progressão e promoção do que efetivamente estar na graduação, na pós-graduação ou fazendo extensão nas comunidades, nos bairros, na zona rural”, afirma.

A geração de disputa por cargos dentro da universidade motivada por essa nova resolução é uma das graves consequências das novas regras e representa mais um golpe na identidade da universidade. “A resolução dá mais peso para administração, como se nós fôssemos uma empresa. Antes, ninguém queria ser chefe, hoje está tendo briga para ser chefe, coordenador, hoje tem pessoas inventando programas para pontuar. E quem perde com tudo isso? É o aluno, porque os professores ficam inventando atividades, o objetivo final agora passou a ser atender a resolução”, critica Ana Lúcia.

A atividade fim da universidade é a produção e a socialização do conhecimento de forma qualitativa, ressalta o 1º secretário do ANDES. “Fundamentalmente as atividades de ensino, pesquisa e extensão é que devem merecer uma maior consideração na hora de avaliar o nosso trabalho para efeitos de progressão e promoção”, afirmou. Paiva comenta que a burocracia para atender às exigências é outro problema. “Em alguns lugares as administrações são ‘mais realistas que o rei’. Ninguém daqui está reivindicando um ‘trem da alegria’ que qualquer pessoa possa progredir, ser promovido, sem ter as condições atingidas, mas a gente não pode admitir a colocação de critérios absurdos que vão impedir o professor de ser promovido, de progredir”.

Além de mudar alguns textos, a nova resolução não apenas desconsiderou a inserção de atividades como eliminou algumas antes contempladas. No texto referente à ‘pesquisa, produção acadêmica, criação e inovação’ foram extintas, por exemplo, atividades como elaboração de projetos e relatórios de pesquisa; atuação de vice-líder de grupo de pesquisa, participação em eventos (congressos, simpósios, seminários, etc.) e conclusão de estágio de pós-doutorado. Já em ‘extensão’ são identificadas mais perdas com a subtração de atividades como elaboração de projetos de extensão; registro e aprovação de relatório de programa e de projetos de extensão; participação em programas/projetos de extensão e coordenação de eventos (cursos de extensão, jornadas, seminários, exposições, etc). Além disso, as atividades de vice-coordenação de programas e projetos de extensão também deixaram de pontuar.

Outros Estados

No contato feito com docentes de seções sindicais de outros Estados, Ana Lúcia Gomes comenta que ficou evidente que a nova resolução penaliza o professor da Ufam. Nas federais de Sergipe e Maranhão, segundo ela, os relatos foram de que ocorreram reuniões e ampla discussão para a elaboração da nova resolução, diferente do que ocorreu na Ufam. “A resolução foi pouco discutida, foi feita por um seletor grupo. Você coloca na comissão de sete a oito pessoas, enquanto que na universidade temos mais de 40 cursos, você não atende todo mundo. O mínimo que você deveria ter era um representante de cada curso para saber as particularidades (...) Temos cursos variados, não dá para comparar Biologia com Artes, que tem outra metodologia, tinha que ouvir as pessoas, as atividades que elas desenvolvem”, disse.

A professora do ICB alertou que questões acadêmicas importantes não foram contempladas na 013/2017. “Nessa resolução, por exemplo, a EAD [Educação à Distância] não está contemplada. Hoje, 20% das disciplinas podem ser ministradas pela EAD, ela tinha que ser considerada, o trabalho

EXEMPLOS DE DIFERENÇAS ENTRE AS RESOLUÇÕES	
005/2012	013/2017
Ensino	
Ministrante de aulas em cursos de graduação e pós-graduação sem remuneração adicional ao docente (0,022/h de aula);	Ministrante de aulas em cursos de graduação e pós-graduação sem remuneração adicional ao docente. Com comprovação no RIT (0,022/h de aula);
Pesquisa, Produção Acadêmica, Criação e Inovação	
Registro de marcas protocolado pela Ufam ou outra instituição no Inpi ou equivalente internacional;	Registro de marcas examinado e concedido pelo Inpi ou equivalente internacional;
Registro de softwares protocolado pela Ufam ou outra instituição no Inpi ou equivalente internacional;	Registro de softwares examinado e concedido pelo Inpi ou equivalente internacional;
Extensão	
Coordenação de cursos de atualização registrados e aprovados no órgão de lotação do docente ou nas unidades acadêmicas (4,0/atividade);	Coordenação de cursos de atualização e aperfeiçoamento registrados e aprovados no órgão de lotação do docente ou nas unidades acadêmicas (3,0/atividade);
Coordenação de cursos de aperfeiçoamento e especialização registrados e aprovados no órgão de lotação do docente ou nas unidades acadêmicas (6,0/atividade);	Coordenação de cursos de especialização registrados e aprovados no órgão de lotação do docente ou nas unidades acadêmicas (4,0/atividade);
Administração/Representação	
O exercício dos cargos de reitor, vice-reitor, pró-reitor, pró-reitor Adjunto os percentuais mínimos de ensino, pesquisa ou extensão serão reduzidos proporcionalmente ao período do cargo, considerando-se que ao atingir a pontuação total a redução será de 100% (2,6/mês);	O exercício dos cargos de reitor, vice-reitor. A pontuação acumulada ao longo do exercício do cargo será integralmente computada para fins de promoção, e será subtraída da pontuação exigida nesta resolução para ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional (2,6/mês);
O exercício dos cargos de diretor de campus, chefe de gabinete do reitor, diretor-executivo, prefeito do campus e diretor de Hospital Universitário os percentuais mínimos de ensino, pesquisa ou extensão serão reduzidos proporcionalmente ao período do cargo, considerando-se que ao atingir a pontuação total a redução será de 100% (1,6/mês).	O exercício dos cargos de diretor de departamento de pró-reitorias, chefe de gabinete do reitor, diretor executivo, diretores de órgão suplementares, coordenador acadêmico, ouvidor geral, auditor chefe e outros cargos com portaria de 40 horas. A pontuação acumulada ao longo do exercício do cargo será integralmente computada para fins de promoção, e será subtraída da pontuação exigida nesta resolução para ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional (1,6/mês).

dessas pessoas não está valendo para universidade”. Enquanto atividades de docência são desconsideradas pela nova resolução da Ufam, nos outros Estados a realidade é diferente. “Tudo contabiliza ponto. Em Sergipe, até a avaliação que os alunos fazem do professor. O aluno entra no portal e ele tem por obrigação escolher um professor para avaliar. Toda reunião de departamento conta ponto. A nossa não contempla”, comentou.

Com esse panorama, fica evidente que a nova resolução desconsidera a realidade do ensino na Ufam e acarreta prejuízos, não apenas para a carreira docente, mas para a qualidade do ensino na universidade, uma das principais bandeiras de luta da ADUA. A supervalorização da gestão em detrimento ao ensino não apenas descaracteriza o trabalho acadêmico como prejudica a plena execução da função social da universidade.

O professor do Departamento de Ciência Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e coordenador do Observatório de Violência de Gênero concedeu entrevista ao Jornal da ADUA sobre o movimento 'Escola Sem Partido'.

FÁBIO CANDOTTI

“O ‘Escola Sem Partido’ tenta fazer com que a escola continue sendo um espaço opressor”



ções de seus pais e considera que os alunos são uma 'audiência cativa' e que deve ser protegida do assédio moral dos professores. Esse é um argumento convincente para muita gente. Sob o nome 'sem partido' está uma estratégia articulada que afirma que os professores são potenciais doutrinadores ideológicos e que o movimento se propõe a controlar isso.

O Escola Sem Partido tenta, de forma legal, silenciar os professores. Qual o impacto disso na formação estudantil?

Independentemente de ser legalizado faz parte de um movimento muito mais amplo que já está policiando o trabalho do professor e o coloca em suspeição. O objetivo é conter um processo positivo – que vem acontecendo nas escolas brasileiras, nos últimos 30 anos, e que ganhou força nos últimos 10 anos – de fazer da escola um espaço de discussão de diversidades religiosa e sexual e de perspectivas anticapitalistas. A escola, historicamente, é um espaço de opressão contra pensamentos minoritários. Se esse movimento ganha mais força, a tendência é que essa opressão contra minorias religiosas, políticas e sexuais seja aumentada.

Muitos dizem que isso retoma os princípios da Ditadura Militar. De fato, o policiamento ao trabalho dos professores se assemelha à Ditadura, mas a estratégia discursiva parte de princípios liberais. A estratégia poderia ser: queremos que o Estado dê uma educação moral, cristã, defensora da família, contra o homossexualismo e o Marxismo. Mas não. A estratégia é defender que o que chamam de educação moral, sexual e religiosa seja feita pela família, o que limita a escola a um espaço de instrução. A questão sexual e religiosa tem um peso forte. A todos os projetos foram adicionados parágrafos sobre educação moral, sexual e religiosa. O Escola Sem Partido faz parte de um movimento internacional e enxerga uma difusão da 'ideologia de gênero' que, para eles, faz parte de uma conspiração mundial, neocomunista, marxista, encampada pelas feministas e pelo movimento LGBT, para destruir a família e gerar o caos na sociedade.

O que seria exatamente essa educação moral?

Educação moral é quando se concebe a educação não apenas de instrução, mas de comportamento. Não temos que cair na opo-

Com foco no combate ao que chama de 'doutrinação', o Escola Sem Partido vem ganhando força no País. Eufemisticamente também chamado de Escola Livre, o projeto tenta barrar, no âmbito escolar, a discussão de temas como diversidade sexual, religiosa e política. Esse é um dos pontos ressaltados por Fábio Candotti. O professor resalta, ainda, que, mesmo sem o aval da lei, a disseminação das ideias do movimento já vem causando a perseguição e suspeição de professores. Segundo Candotti, uma questão crucial da necessidade de discussão do tema e da reação dos docentes é o fato de que o movimento visa a perpetuação da escola como espaço opressor.

O Escola Sem Partido faz parte de um movimento internacional e enxerga um movimento de difusão da 'ideologia de gênero' que faz parte de uma conspiração mundial, neocomunista, marxista, encampada pelas feministas e pelo movimento LGBT, para destruir a família e gerar o caos na sociedade.

O nome Escola Sem Partido dá a falsa ideia da ligação entre escola e partidos políticos e no Estado de Alagoas foi, inclusive, rebatizado de Escola Livre. O uso desses termos gera confusão. Considerando esse contexto, o qwue, na prática, esse movimento defende?

O Escola Sem Partido é um movimento criado em 2004, que ganhou força em 2014 a partir do momento que foi convertido em projeto de lei. É frágil do ponto de vista legal, porque fere princípios básicos como a liberdade de ensino, pluralidade de concepções pedagógicas e a questão da formação para a cidadania. Ao mesmo tempo, faz parte de uma estratégia discursiva convincente, que valoriza o pluralismo de ideias e afirma a neutralidade política ideológica e religiosa do Estado, um conceito jurídico que não existe, mas é plausível. Defende, ainda, que os filhos não recebam uma educação moral divergente das convic-

ção problemática entre instrução e educação. No meu ponto de vista, essa separação não existe. A preocupação com a educação moral tem se mostrado uma preocupação em formar indivíduos a partir de concepções externas a eles, multidisciplinares, autoritárias. Educação moral é formar um indivíduo obediente a determinados valores. Acho isso perigoso mesmo quando consideramos os valores da democracia. Hoje, a tendência é seguir uma pedagogia autoritária, que impõe princípios.

A barragem deste processo de mudança da educação é preocupante. Como você vê os efeitos disso no futuro estudante universitário?

A escola não é um espaço de educação para a cidadania, ainda que a legislação diga isso. A escola é um espaço em que se enclausura jovens e se impõem a eles estudos. Acredita-se que eles não têm direito a escolher. Uma das preocupações do Escola Sem Partido é que os professores não incitem os alunos a movimentos sociais e políticos. A intenção deles é desagregar, fazer com que as pessoas estudem sozinhas e se preocupem em passar de ano. O que esse movimento tenta é fazer com que a escola continue sendo um espaço opressor.

A instituição do Escola sem Partido provocaria uma revolução no sistema educacional. Há conquistas educacionais em risco?

Sim, mas isso está acontecendo para além do Escola Sem Partido. Estudantes gays, lésbicas, bissexuais, trans e o movimento estudantil estão sendo perseguidos. A escola já é um espaço em que qualquer tentativa de mais liberdade é contida, é objeto de preocupação de pais, pedagogos etc. Os professores também já estão sendo perseguidos e acusados de 'doutrinação' na delegacia. Existem outros projetos de lei que têm muito mais possibilidade de vingar do que o Escola Sem Partido. Desde 2013, temos mais de uma centena de projetos voltados, por exemplo, para barrar a discussão de gêneros na educação e retirar o registro de identidade de gênero e orientação sexual de documentos públicos.

Quais seriam esses outros projetos?

Tem um projeto, que me parece o mais perigoso de todos, que tipifica como crime ou infração penal o 'assédio ideológico'. Acredito que o Escola Sem Partido trocaria a aprovação de um projeto deles pela aprovação desse projeto, que já passou pela Comissão de Justiça na Câmara Federal. Esse projeto se apoia na mesma ideia de que o professor não pode se aproveitar da

'audiência cativa' de alunos para pregar suas 'ideologias' e 'convicções'. Esse movimento, que está para além do Escola Sem Partido, e que já acontece nas escolas e universidades, coloca o professor numa situação de fragilidade, porque isso depende das relações de força dentro da escola. Por exemplo, se ele tem problemas ou não com a direção da escola, se um pai de aluno reclama do que ele disse, ele pode perder o emprego. Já falei para pessoas que concordam com o Escola Sem Partido sobre o fato de que, se a direção da escola tende para [um posicionamento político de] esquerda, ela pode expulsar professor que tem discurso de direita. Você pode reverter para os dois lados ainda que o foco de ataque seja as pedagogias libertárias. O que importa é que já está ocorrendo o policiamento por parte de pais, estudantes e advogados que assediam professores a partir de denúncias.

O que já está posto hoje na educação não é ideal. A escola sem partido não é o ideal. O que, na sua visão, seria uma escola ideal?

O movimento da educação tende a defender a escola e cair num erro, na defesa de uma educação moral. A escola precisaria respeitar os estudantes e a autonomia deles. Existem escolas que tentam fazer isso. São escolas democráticas, onde estudantes decidem o que vão aprender e comer, resolver problemas gerais. Não é uma escola dividida em séries, onde os alunos ficam enclausurados em sala e o professor aparece para dizer o que ele acha importante. É uma escola onde o estudante vai atrás daquilo que quer saber. Muita gente acha que isso provocaria o caos, mas 'n' experiências pelo mundo comprovam experimentalmente que isso funciona.

O movimento Escola sem Mordança é o contraponto. De que forma a categoria pode se preparar para se defender quanto ao cerceamento de sua liberdade de expressão?

Não estamos preparados ainda. Foi construído um modelo de notificação extrajudicial para denúncia [por um advogado, em Mato Grosso] contra 'doutrinação ideológica', principalmente 'ideologia de gênero', mas ainda não construímos [os professores] um instrumento de proteção. A Universidade é onde isso pode ser construído por meio de uma discussão acadêmica, administrativa e jurídica. Precisamos aperfeiçoar o conhecimento sobre o que é o Escola Sem Partido, não podemos cair na besteira de que se trata simplesmente de reacionários que estão querendo voltar ao tempo da Ditadura. O Escola Sem Partido é uma proposta de escola para o futuro. Temos que construir protocolos de defesa e instrumentos de divulgação de outras formas de educação. A avalanche de projetos que ataca a 'ideologia de gênero' nos coloca positivamente a questão de qual educação e princípios pedagógicos e educacionais queremos. Os movimentos sociais de educação têm se voltado para questões salariais, de carreira e de investimentos públicos, que são fundamentais, mas têm deixado de lado um debate sobre o que desejamos para a educação. Com isso, o Escola Sem Partido ataca o pouco de liberdade que a escola dá que é a liberdade de ensino. O desafio é construir um debate democrático e público sobre os princípios educacionais. Há muito tempo não fazemos uma avaliação concreta, pública, coletiva e democrática do que é a escola hoje. Como nós insistimos numa coisa que absolutamente não funciona? Acho que essa é a questão.



>>> **FERRAMENTA DE LUTA**

CSP-Conlutas Amazonas em época de destrutibilidade

Uma das marcas do século 21 é, no escopo do neoliberalismo e da revolução tecnológica, o processo de reestruturação produtiva que atingiu profundamente o mundo do trabalho, gerando uma massa planetária que compõe o universo do não emprego, conforme assinalou Ricardo Antunes em 'O Caracol e sua Concha', ou então, experimenta a atividade laborativa de forma precária, parcial, temporária, essencialmente estranhada. Neste contexto, as organizações sindicais foram também impactadas por tais transformações, que impõem uma perspectiva de luta e de enfrentamento da desregulamentação do trabalho e da criação de um ambiente de desemprego estrutural, que sejam capazes de propor, de um ponto de vista organizativo, tarefas para o tempo presente que sejam qualitativamente distintas das velhas estruturas de organização sindical, hierarquizadas, marcadamente machistas, presas a concepções reducionistas do trabalho e do que efetivamente é a classe trabalhadora.

A CSP-Conlutas, fundada em 2010, no Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), constitui-se numa organização que se inscreve no âmbito das necessidades da classe que vive do trabalho na contemporaneidade. É um espaço no qual as organizações sindicais de diversos setores e os movimentos populares, estudantil, de juventude, de mulheres, de luta por moradia, LGBT, indígenas, entre outros, pela primeira vez na história da luta de classes no Brasil, experimentam a construção da unidade na luta contra a opressão e exploração.

Em maio de 2017, no contexto da crise político-econômica brasileira e do ataque mais feroz das contrarreformas do governo Temer, foi criada a seção amazonense da CSP-Conlutas, com envolvimento de sindicatos de trabalhadores, mulheres, estudantes e representantes dos movimentos populares que atuam no Estado. Diante da desregulamentação do trabalho e do desmonte de direitos sociais, expressos na lei que congela os gastos públicos por 20 anos e penalizam os trabalhadores, corta recursos da saúde e educação; e diante de propostas como o Programa Escola Sem Partido, a Reforma do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista e a da Previdência, a seção amazonense da CSP-Conlutas torna-se estratégica como ferramenta de luta.



JESSICA MARTINS

Considerando ainda os elementos que envolvem a crise política atual, com denúncias que envolvem diretamente o presidente Temer, uma grande parte de deputados federais comprados com a liberação de somas vultosas de emendas parlamentares para o engavetamento do pedido de abertura de processo de *impeachment*, o claro movimento de grandes centrais sindicais na desconstrução da greve geral marcada para 30 de junho deste ano, sinalizam a positividade do surgimento desta seção sindical.

Numa conjuntura tão explosiva e destrutiva para o mundo do trabalho, a seção amazonense da CSP-Conlutas, concomitante à sua organização, já tem como tarefa a luta contra a criminalização dos movimentos populares, particularmente contra a perseguição àquelas lideranças ligadas à luta pela moradia, através da realização de seminários, fóruns, que tornem pública esta situação e reverta esta disposição autoritária das forças reacionárias locais. Além disso, definiu que a criação de comitês populares é estratégica na articulação com as bases. O fortalecimento da Frente de Lutas Fora Temer é outra tarefa importante, que coloca em foco a luta contra este governo e exercita a busca pela construção da unidade entre os diversos setores das esquerdas. A seção amazonense propôs, ainda, realizar plenárias, debates para análise de conjuntura e reuniões que garantam maior organicidade e uma dinâmica que efetivamente assegure tomadas de decisão horizontais, democráticas, que resultem num processo que amplie e reforce qualitativamente o lugar que esta Central tem neste contexto, como dinamizadora de formas contemporâneas de lutas contra a lógica destrutiva do capital.

✱ Perfil

**Por Luiz Fernando de Souza Santos**

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.



Numa conjuntura tão explosiva e destrutiva para o mundo do trabalho, a seção amazonense da CSP-Conlutas, concomitante à sua organização, já tem como tarefa a luta contra a criminalização dos movimentos populares".

>>> COMPROMISSO PÚBLICO

A construção da política de equidade de gênero na Ufam

Toda a sociedade deve se engajar no combate à violência de gênero. Segundo a ONU Mulheres, a paridade de gênero

é um dos princípios para as transformações que a humanidade necessita, instaurando a equidade como valor máximo para as relações humanas, políticas, econômicas e sociais. Tendo isso em vista, a universidade deve criar estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência de gênero que existem no cotidiano acadêmico. Ao aprovar uma política permanente de promoção da equidade de gênero, a Ufam assumirá compromisso público de desenvolvimento de ações sistemáticas que reconheçam a existência da violência de gênero na Ufam e que tratem o tema de maneira articulada.

No dia 04 de agosto de 2017, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou relatório com proposta de construção coletiva de política de equidade de gênero na Ufam. O objetivo dessa política é a construção de relações sociais mais igualitárias entre homens e mulheres, entre pessoas cissexuais e transexuais, entre pessoas negras, indígenas e brancas, promovendo o respeito à pluralidade cultural, de orientação sexual e de identidade de gênero.

No documento aprovado no Consuni discute-se por que a violência de gênero é um problema na universidade, como abordar a violência de gênero na universidade e quais são os fundamentos da política de equidade de gênero,

passos para a construção e validação coletiva da política institucional na Ufam, e apresenta-se, ainda, uma minuta da resolução que institui a política

permanente de equidade de gênero.

Os próximos passos são a análise desse documento preliminar nas unidades acadêmicas e administrativas da Ufam e o envio de contribuições até o dia 13 de outubro de 2017 para o e-mail equidadedegegeneronaufam@gmail.com. Em seguida, o Grupo de Trabalho (GT) irá consolidar as contribuições da comunidade universitária e as apresentará em um Fórum para análise

da versão que será submetida à aprovação no Consuni. Sugere-se que os debates e produção de contribuições envolvam toda a comunidade universitária e coletivos de defesa e promoção da equidade de gênero.

Pretende-se fomentar programas, serviços e ações de ensino, pesquisa e extensão de combate à discriminação e violência contra as minorias sexuais e de gênero e promover um ambiente de respeito, igualdade, bem como de prevenção do assédio, agressão e discriminação. É necessário criar medidas direcionadas à eliminação de percepções discriminatórias e combate à violência de gênero sofridas por pessoas integrantes da comunidade da Ufam, bem como aplicar medidas protetivas em casos de suspeita de violação de direitos e de responsabilização de autores de violência. Outra medida importante é a transformação da cultura universitária no sentido de incorporar as ques-

✱ Perfil



Por Iolete Ribeiro da Silva

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Brasília (UNB) e diretora da Faculdade de Psicologia (FaPsi) da Ufam.

tões familiares no cotidiano acadêmico, reconhecendo como legítima para mães, e pais ou cuidadores/cuidadoras a presença de seus filhos pequenos nos espaços da instituição.

São propostas quatro diretrizes para a Política Permanente de Equidade de Gênero da Ufam: consolidar a equidade de gênero na cultura institucional da Ufam; transversalizar a equidade de gênero nas instâncias acadêmicas e administrativas; garantir a incorporação do exercício da maternidade e paternidade no ambiente acadêmico da Ufam; e eliminar toda forma de preconceito e discriminação sofridas pelas mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no espaço universitário e na comunidade acadêmica.

O GT apresenta algumas sugestões de possíveis ações de defesa, proteção e promoção de direitos. As ações não se esgotam nessas medidas, vez que para a construção da rede de proteção será necessário dialogar com a comunidade acadêmica, identificar as demandas, levantar os recursos existentes da Universidade e pactuar as diferentes formas de participação envolvendo pró-reitorias, unidades acadêmicas, órgãos suplementares, além de sindicatos e movimentos estudantil, feminista e LGBT.

>>> **PANORAMA**

Mobilização nas classes populares na atual conjuntura sociopolítica

O Brasil vive uma conjuntura de profundos ataques aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, consolidados na Constituição de 1988.

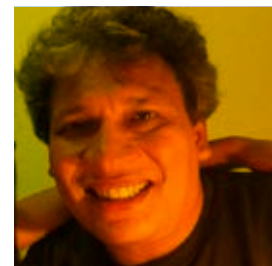
A burguesia e os mais diversos setores aliados do capital nunca “engoliram” as conquistas dos direitos trabalhistas e pretendem estabelecer um “acerto de contas” com a classe trabalhadora. A crise do capital e a consequente impossibilidade de manutenção de extração de mais-valia, mais intensa nos países periféricos, têm levado os setores rentistas a pressionarem de forma mais contundente o Estado, agora com o ilegítimo governo Temer, mas também durante o governo petista que o antecedeu, a atacar direitos por meio de contrarreformas – previdência e trabalhista – impondo uma agenda regressiva aos trabalhadores e trabalhadoras, por meio dos mais espúrios artifícios. Executivo, Legislativo, Judiciário e a imprensa “oficial” caminham lado a lado, mesmo com percalços ali e aqui, na aceleração da retirada de direitos. O recrudescimento do conservadorismo, no Brasil e no mundo, e o avanço de governos liberais no centro e na periferia do capital completam um quadro desfavorável na correlação de forças entre capital e trabalho.

Entretanto, a classe trabalhadora tem sido protagonista de lutas de resistência que há muito tempo não presenciávamos em nosso país. É certo que as lutas são para manter direitos, porém é notável um processo de reorganização da classe que nasce no seio da base, depois de um longo período de apassivamento de um setor da classe. A indignação e as lutas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, estudantes, mulheres, comunidade LGBT e de populações originárias têm se manifestado das mais diversas formas. As mobilizações nos Estados, organizadas por comitês e fóruns, com a presença de

sindicatos, movimentos sociais, organizações estudantis e partidos políticos contra as reformas, resultaram, no primeiro semestre, em uma das maiores greves gerais já vistas na história do Brasil. Grandes mobilizações que nasceram das bases e pressionaram as burocracias sindicais a construírem de forma unitária o Ocupe Brasília!, uma mobilização que levou mais de 150 mil lutadores e lutadoras ao Distrito Federal, reprimida com extrema violência, mas que não conseguiu impedir o ímpeto daqueles e daquelas que estão dispostos a lutar contra todos esses ataques. A greve geral e a grande marcha do Ocupe Brasília! foram demonstrações agudas da unidade de vários setores da classe, que até bem pouco tempo não sentavam para conversar.

Contudo, os acordos das burocracias sindicais com o governo, movidos por interesses de manutenção de seus privilégios, articulados a interesses partidários, voltados para projeções eleitorais, minaram a mobilização da greve geral no dia 30 de junho. Na esteira desse insucesso, o governo conseguiu aprovar a reforma trabalhista e continuar se mantendo por meio de articulações no Legislativo e Judiciário, mesmo envolvido em um mar de lamas de corrupção.

Nessa conjuntura acirrada, eivada de contradições, a disputa da consciência da classe a ser feita pelos setores populares combativos e classistas, no qual se inclui a CSP-Conlutas e o ANDES-SN, exige a construção da unidade programática em defesa de direitos nos mais diversos espaços, sendo as ruas o palco privilegiado das lutas e mobilizações. Barrar as contrarreformas, derrubar o ilegítimo governo Temer e defender eleições gerais com novas regras são, nesse momento, as bandeiras unificadoras no atual horizonte das camadas populares. Só a luta pode mudar essa realidade, pois nada temos a perder, a não ser as amarras que nos prendem e sujeitam!

* **Perfil**

Por Alexandre Galvão Carvalho

Doutor em História Social, professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e secretário geral do ANDES-SN.

“

A greve geral e a grande marcha do Ocupe Brasília! foram demonstrações agudas da unidade de vários setores da classe, que até bem pouco tempo não sentavam para conversar”.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/07/2017 A 31/07/2017

QUADRO DE RESUMO	Jun/2017	Jul/2017
RECEITAS	R\$ 91.329,76	R\$ 89.551,51
DESPESAS	R\$ - 84.512,66	R\$ - 81.245,35
RESULTADO LIQUIDO DO MÊS	R\$ 6.817,10	R\$ 8.306,16
Saldo Banco do Brasil	R\$ 46.469,23	R\$ 56.094,51
Saldo Fundo de caixa	R\$ 4.290,44	R\$ 514,36
Saldo Aplicações Banco do Brasil	R\$ 533.833,31	R\$ 537.068,92
SALDO ATUAL	R\$ 584.592,98	R\$ 593.677,79

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> UÝRA SODOMA

Mais que uma performance: um grito

Anderson Vasconcelos

Bigênero, pangênero, agênero, gênero fluido, terceiro sexo, transexual, drag queen, drag king, crossdresser, gender bender, genderqueer, não-binário, homem e mulher. Não importa a classificação nem a nomenclatura se a sociedade em geral não tiver a capacidade de conviver com a diversidade, inclusive a diversidade que a cerca. A mensagem é de Uýra Sodoma, “drag queen com abordagem étnica, local, amazônica” que, assim como Pabllo Vittar, Liniker e Glória Groove – para citar alguns exemplos despontando no cenário nacional – carrega uma imagem e porta uma mensagem que desconstrói padrões.

Uýra, do tupi, é a abreviação singela de Uyrapuru, a ave que canta, encanta e voa livre. “Ela é uma personificação, a concretude da energia da mata. As coisas que sinto e que sei em relação à mata, e também a natureza em sua forma, cor, energia e sentimento”, explica Emerson Munduruku, 26, biólogo e consultor em educação ambiental da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que dá vida à Uýra há um ano e meio. “É a mata encarnada em uma drag queen, que se veste com folhas, bichos e seres míticos do folclore”, explica. Esteticamente, nasce de um processo de maquiagem intuitiva que leva quase duas horas, entre pincéis, tintas, cílios e o que o chão da mata oferecer.

Assim como o pássaro, Uýra também quer alçar voos mais altos e a partir da liberdade de suas escolhas. “Há dez anos eu experimento coisas, procuro enxergar a beleza da mata e entender aquilo que poderia ser usado para dizer algo”, afirma Emerson, demonstrando profunda paixão pela biodiversidade, sentimento que brotou ainda pequeno, quando morava na Vila de Mojuí dos Campos, na época em que a localidade pertencia a Santarém (atualmente Mojuí é emancipada e constitui um município paraense), e se consolidou durante sua vida acadêmica em Manaus. “Es-

ses seis anos estudando a fauna, a flora e a biodiversidade em geral foram momentos de muita experimentação e de vivência”, contou Emerson, que é mestre em Ecologia pelo Inpa.

Essas lembranças retroalimentam a energia de Uýra, a mata encarnada, conta Emerson, ao explicar o contexto em que a drag

queen nasceu. “Uýra surge num momento muito decisivo da minha vida, num contexto social e político, em que começo a me empoderar contra a opressão e a entender a luta dos grupos sociais minoritários. Passei a ouvir os negros, as mulheres, as travestis, as bichas, o público LGBT em geral. Quando percebo um pouco mais a vivência do outro, começo a entender que é preciso gritar e fazer algo. E a arte é uma ferramenta importante nesse sentido porque ela afronta”, sentencia.

E como a arte, Uýra simplesmente flui, não se programa para aparecer. Ela, que começou com experimentações em festas fechadas para o público LGBT, passou a ganhar as ruas nas manifestações e a integrar cada vez mais a cena cultural e política da cidade. A drag desperta e reafirma o poder que tem o oprimido quando provoca a raiva do opressor. “Eu já sofri todo tipo de agressão na rua, desde xingamentos a agressão física. É a intolerância com o diferente. As pessoas não entendem e quando não entendem preferem agredir”, lamenta. Mas é desse enfrentamento que Uýra – e outros tantos – vive. “Tem coisas que a gente não pode mais deixar passar”, afirma.

A todo momento, Emerson observa pessoas, comportamentos, processos e tenta enxergar o mundo de outra maneira. “Algumas coisas causam revoltas importantes, conflitos a partir de provocações do dia a dia: das coisas que ouço, vejo e são necessárias serem gritadas e não o são”, completa. “Hoje, nas cidades, se mata tudo que diverge em gênero e sexualidade, tudo que não tem fé no que é judaico-cristão, tudo que não tem a cor desejada. Se mata até a própria mata”, afirma Emerson. Uýra luta contra esse tipo de pensamento e de comportamento e com um grito de liberdade deixa seu recado: cada um pode ser o que quiser!



MATHEUS BELEM



 AGENDA **Paralisação**

Seguindo o calendário de ações de mobilizações e de lutas, em setembro ocorre o Dia Nacional de Paralisação e greve por 24 horas que contará com a adesão de diversas categorias de trabalhadores. A ação foi marcada durante a Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fona-sefe), realizada de 4 a 6 de agosto. O dia exato da paralisação será definido e comunicado em breve.

 Debate

A ADUA promove, em setembro, um debate sobre a Carga Horária Docente e convoca a todos a participar e apresentar contribuições. Considerando as dúvidas dos professores em relação ao tema, a ADUA vem se dedicando ao assunto através da busca de especialistas, promoção de debates e dando repercussão a discussão a respeito da normativa, para aprimorar o texto sem prescindir dos direitos dos docentes. A data e o local onde será realizado o debate devem ser definidos e informados em breve à comunidade.

 Comunicação

Com o tema 'Desafios da comunicação sindical na luta contra as reformas e os ataques à classe trabalhadora', o 5º Seminário Unificado de Imprensa Sindical abordará temas como as Reformas Trabalhista e Previdenciária, Dívida Pública; a comunicação sindical nos meios digitais; a criminalização dos movimentos sociais e os direitos dos jornalistas sindicais. O evento será nos dias 14 e 15 de setembro, em Brasília (DF).

**COLUNA FALA JURÍDICO**

 Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a sindicância são mecanismos de apuração de irregularidades no âmbito da administração pública federal, previstos nos artigos 143 a 182 da Lei nº 8.112/90, o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Segundo Mateus Carvalho (2015, p. 865), “a sindicância é processo administrativo simplificado, suficiente e adequado para a aplicação das penalidades de advertência ou suspensão por até 30 dias, não se admitindo este procedimento, quando do cometimento de infrações mais graves”.

O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período. A sindicância poderá resultar o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade (advertência ou suspensão por até 30 dias) ou a instauração de PAD, caso o ilícito praticado pelo servidor enseje a imposição de penalidade mais severa.

Já o PAD apura a responsabilidade do servidor por infrações graves praticadas no exercício de suas atribuições, podendo ocasionar a aplicação de suspensão por mais de 30 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

O prazo para a conclusão do PAD não excederá 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão processante, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Em ambos os procedimentos são asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, previstas no art. 5º, inciso LV da Constituição para oportunizar ao servidor que tenha ciência e possa se manifestar acerca dos atos praticados na condução do processo.

Essas garantias incluem a possibilidade do servidor contratar um advogado para acompanhar o pro-

cedimento, o que, embora não seja obrigatório, é recomendável, já que um profissional se esforçará para assegurar a regularidade do procedimento.

A instauração de um procedimento disciplinar não foi criada para fomentar qualquer atitude de perseguição contra o servidor, consistindo em um meio legítimo da administração para apurar irregularidades e responsabilizar os infratores, aplicando-lhe as penalidades cabíveis. Mesmo porque, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público, é obrigada a promover a apuração imediata.

Mas, verifica-se que, muitas vezes, o procedimento disciplinar é utilizado para assediar o servidor, visto que o agressor se vale de qualquer falha para realizar denúncias, caracterizando desvio de finalidade, o que torna o processo administrativo nulo de pleno direito. Por isso, o servidor deve cumprir os deveres funcionais e observar as proibições para que não incorra em atitudes que gerem punição.

O servidor que estiver respondendo a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

A responsabilidade administrativa não exclui a responsabilidade civil, decorrente de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, bem como a responsabilidade criminal, que compreende os crimes e contravenções imputadas ao servidor.

A assessoria jurídica da ADUA tem atuado de forma incisiva na defesa dos sindicalizados, procurando esclarecer as dúvidas e orientando ou efetuando defesas escritas quando são convocados, o que já ensejou arquivamento de procedimentos.

Auxiliadora Bicharra e Fernanda Kelen

Advogadas (OAB/AM 3.004 e 11.739) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, da Assessoria Jurídica da ADUA.

 COMENTÁRIO DO LEITOR**Patricia Melo Sampaio**

Mais uma vez a Adua toma a iniciativa de promover debate amplo sobre a regulamentação da carga horária docente. Da última vez, quando do pedido de vistas, o silêncio da maioria desembocou na aprovação do texto no Consad que gerou tanta indignação (um tanto tardia, é certo). Agora, voltamos à situação anterior e temos a chance de - mais uma vez - tentar construir uma regulamentação de nosso trabalho. Não dá para perder mais essa oportunidade! Não dá! (Sobre a pretensão do Consuni de discutir o regime de trabalho docente na Ufam).

**Beatriz Mamigonian**

Quero ter notícias desse debate! Aqui temos tudo muito registrado, mas é óbvio que continuamos trabalhando muito mais de 40h/semana. (Também sobre a pretensão do Consuni de discutir o regime de trabalho docente na Ufam).

**Rodrigo Tavares**

Que os professores da Seduc/Semed com titulações tomem o exemplo. Vocês só terão seus direitos respeitados quando ingressarem com ações na justiça, porque se forem esperar por prefeito ou governador, tá difícil. (Sobre a concessão dada pela Justiça a professor da Ufam de receber os benefícios de promoção e progressão a partir da data de preenchimento dos requisitos).

Gomes e Bicharra Advogados Associados

Tel.: (92)3611-4969 / 3611-3911 / (92) 99112-3184 / www.gomesebicharra.adv.br
email: auxiliadora@gomesebicharra.adv.br